



CUIDAR DE QUEM SEMPRE CUIDOU DA GENTE

Por uma Reparação Geracional Histórica, urgente e inadiável, para nossos Patrimônios Vivos 65+

Há Conhecimentos que não cabem em Diplomas. Há Trabalhos que nunca couberam numa Carteira Assinada. Há Responsabilidades que atravessam uma Vida Inteira sem aparecer na Folha de Pagamento. Há Feitos Discretos, Informais, que valem mais que Carreiras Inteiras.

Durante quatro, às vezes cinco décadas, Mães e Avós (às vezes Bisas e Bisos...), Mestres e Mestras, Anciãs e Anciãos, Pastoras e Pastores, Griots Diversos, Pajés, Gurus, Mentores, lalorixás e Babalorixás, Lideranças Comunitárias e tantas outras pessoas sustentaram e geriram Famílias, Comunidades, Territórios, Tradições, Culturas, Redes de Apoio e Solidariedade, *formas coletivas diversas de Sobrevivência, AutoCuidado, Formação e Fortalecimento Humano - Integral.*

Cuidaram de Crianças, dos Mais Velhos. Cuidaram da Fé e da Memória; da Saúde Mental e da Cultura; dos Conflitos e das Festas; das Dores e dos Saberes de suas Comunidades...

MAS: quem cuida de quem cuida? +URGENTE: quem está cuidando de quem sempre cuidou?

AGORA: depois dos 65 anos, chegou a nossa vez de cuidar de quem sempre cuidou da gente !

Essa é a ideia simples que dá origem a esta Carta-Compromisso com as Pessoas Idosas e ao Programa “**Cuidar de Quem Sempre Cuidou da Gente**” : reconhecer uma dívida intergeracional histórica, acumulada ao longo de décadas, e transformá-la em **uma Política Pública Nacional, interfederativa, intersetorial e permanente - inadiável**, com foco em gerações de pessoas de 65+ anos - que seguem vivíssimas e ativas! - *precisando como nunca deste cuidado recíproco - de nós e do Poder Público, um cuidado básico que, na verdade, é uma devida retribuição, mínima reparação.*

Três perguntas que o Brasil precisa enfrentar

A primeira é Humana: como estão vivendo hoje essas pessoas imprescindíveis?

Como está a Alimentação, a Moradia, a Saúde Física e Psíquica, a Mobilidade, o Acesso à Cultura, Educação, Esportes e Lazer 65+, a Renda e a Segurança de quem chegou aos 65, 70, 75 ou 80 anos - pra mais, depois de passar a maior parte da vida se dedicando aos outros, cuidando de nós?

Quem está cuidando e como está cuidando de quem sempre foi Referência para nós - multiáreas?

A segunda pergunta é Social, mas também Ética e Moral: por que uma vida inteira de trabalho precioso pode terminar sem o mínimo de reconhecimento previdenciário?

Grande parte dessas atividades foi exercida de maneira informal, comunitária, doméstica, religiosa, cultural ou tradicional, com discrição e segredos também. São trabalhos que exigem experiência, responsabilidade, domínio de saberes com décadas de dedicação, mas que muitas vezes não produziram registros formais suficientes para assegurar **uma mínima aposentadoria digna**.

Assim, pessoas que trabalharam e cuidaram durante quarenta ou cinquenta anos ou mais, **chegam à velhice sem conseguir se aposentar ou vivendo com benefícios que, em muitos casos, correspondem a apenas um ou dois salários mínimos (entre R\$ 1.600,00 a R\$ 3.200,00/mês)**.

A terceira pergunta é também sobre o quê consideramos Patrimônio Histórico?

O Brasil reconhece oficialmente edifícios, monumentos, lugares; pós-1988 também manifestações culturais, saberes e tradições como *Patrimônio Material e Imaterial*. Mobiliza leis, políticas e recursos públicos para reconhecer, preservar, valorizar e transmitir esse Patrimônio às novas gerações...

Se somos capazes de proteger objetos e lugares históricos — *inclusive espaços marcados por acontecimentos traumáticos de nossa história, como um Pelourinho ou um Forte Militar* — por que não reconhecer também como **Patrimônios Vivos** as pessoas que carregam, preservam e ainda transmitem conhecimentos essenciais (e podem +) para suas comunidades - e as futuras gerações?

O tamanho do problema

Os dados reunidos pela equipe que compôs o documento-base desta Carta e Programa mostram uma realidade previdenciária do país fortemente concentrada nas menores faixas de renda:

- **cerca de 62,5% dos “beneficiários”, aproximadamente 21,9 milhões de pessoas, recebem exatamente um salário mínimo — R\$ 1.621,00 em 2026 ; cerca de 37,5%, aproximadamente 13,25 milhões, recebem acima do piso - mas só até 3 (três) salários mínimos;** menos de 0,01% alcançariam o teto previdenciário de R\$ 8.475,55; ou seja, segundo o levantamento que fundamenta esta proposta, **entre 90,5% e 94% dos aposentados e pensionistas estariam na faixa de até, no máximo e com muita sorte, três salários mínimos, hoje equivalentes a R\$ 4.863,00 mensais.** É justamente nesse universo que se encontra grande parte das pessoas idosas, mestres, mestras, anciãs, anciãos, *griots* e lideranças comunitárias 65+ etc a quem esta Carta se dirige.

Os números ajudam a enxergar aquilo que as histórias de vida e as rugas nos corpos já revelam: quem dedicou décadas a trabalhos fundamentais para sua comunidade pode chegar à velhice **sem acessar o Direito Humano básico à Aposentadoria / Seguridade Social** *chá*, muitos recebendo apenas entre **R\$ 1.621 ou - com sorte - R\$ 3.242 / mês**, isso quando conseguem se aposentar...

Uma desigualdade que precisa ser discutida

Esta **Carta** propõe olhar para o contraste entre diferentes formas de trabalho, faixas de remuneração (*inclusive das aposentadorias*) e diferentes sistemas (ou ausências) de proteção na velhice.

Nosso levantamento registra: ***para carreiras do Judiciário Federal, por exemplo, valores iniciais de referência para aposentadoria de R\$ 9.776,71 para Técnicos Judiciários e R\$ 16.040,88 para Analistas Judiciários, podendo chegar, no final de carreira, a aproximadamente R\$ 13.592,32 e R\$ 24.085,22, respectivamente, o PISO!***

Para a **Magistratura Federal**, registra-se valores em torno de **R\$ 35.800,00 para um Juiz Federal Substituto, muitos chegando ou até ultrapassando - por meio de outros benefícios diversos acumulados - o Teto Constitucional atualmente de R\$ 44.000,00.**

Já entre **Professores Universitários Federais que ingressaram até 2003, em dedicação exclusiva e com titulação de Mestre ou Doutor, aponta-se referências entre R\$ 11 mil e R\$ 15 mil de início em suas Aposentadorias.**

Mesmo entre **Professores da Educação Básica das redes públicas, encontram-se valores em torno de R\$ 4,5 mil a R\$ 5 mil como base, em determinadas redes, em carreiras estruturadas, benefícios de final de carreira entre aproximadamente R\$ 6 mil e R\$ 9,5 mil / mês.**

Que fique claro: não se trata nem de pretender nem propor retirar direitos de quem os conquistou.

Trata-se de fazer outra pergunta: ***que proteção o país oferece àqueles cujo trabalho foi indispensável durante décadas, mas cuja trajetória quase nunca foi reconhecida pelos mecanismos tradicionais de formalização trabalhista, previdenciária e seguritária?!***

A devida Reparação Geracional Histórica

Chamamos essa resposta de **Reparação Geracional Histórica**.

Não como favor. Não como uma homenagem simbólica, medalha ou edital restrito e sazonal aqui ou ali. Mas como ***Ampla e Notório Reconhecimento Público - e Estatal de uma contribuição concreta para a sociedade, o interesse comunitário e social, acumulada durante décadas.***

Essas pessoas são ***Bibliotecas Vivas. São Arquivos Vivos. São Tecnologias Socioculturais Vivas.***

Carregam conhecimentos sobre (auto)cuidado coletivo, religião, cultura, ofícios complexos diversos, organização comunitária, gestão de territórios, alimentação, saúde, educação informal, memória e mediação de conflitos. ***Saberes que muitas vezes não foram escritos, mas foram construídos, colocados em prática e transmitidos sobretudo oralmente de geração para geração...***

Quando uma Mestra ou um Mestre envelhece sem condições dignas de viver, não perdemos apenas qualidade de vida individual. Arriscamos interromper uma corrente ancestral inteira de memória e conhecimento - *e em muitos casos de equilíbrio comunitário, psíquico e social.*

Cuidar dessas pessoas também significa **permitir que continuem atuando na sua plena maturidade e transmitindo suas experiências únicas, inesquecíveis (?) e imprescindíveis, às novas gerações — gerações que, se tudo der certo, também envelheceremos um dia...**

A proposta de um Programa Estratégico

Propomos, **em caráter imediato e urgente**, a criação de linhas/programas/editais emergenciais para a arrecadação de recursos, públicos, privados, mistos e/ou do terceiro setor, além de eventuais doações voluntárias, com a proposta de **uma Meta Simples: a garantia de um adicional mínimo de R\$ 2.000,00 por mês - mesmo que transitoriamente na forma de ajuda de custo ou de premiação - à aposentadoria de cada Mestre ou Mestra 65+ que ou ainda não se aposentou ou conseguiu mas apenas até 2 Salários Mínimos por mês** (cerca de R\$ 3.600,00). Com menos de R\$ 1 Milhão (+ precisamente R\$ 960 Mil - *menos que um cachê pra show de 1h30 do Gustavo Lima*) é possível se garantir este Cuidado Essencial a 40 (quarenta) Referências Comunitárias ao longo de todo um ano. E são eles que nos disseram O QUANTO este apoio mensal faria/fará em suas vidas.

Indo além: propomos a construção do **Programa Nacional “Cuidar de Quem Sempre Cuidou da Gente”**, concebido como uma política pública intersetorial e interfederativa voltada a pessoas com **65 anos ou mais** notória e comprovadamente reconhecidas por sua trajetória como mestres e mestras, anciãs e *griots*, lideranças sociocomunitárias e demais **Patrimônios Vivos**.

A proposta parte de um objetivo concreto: construir mecanismos - inclusive junto à DPU, precedentes jurídicos - que assegurem a essas gerações um **piso de proteção econômica equivalente a, no mínimo, 3 Sal. Mínimos — R\$ 4.863,00/mês em valor de 2026**, acompanhado de **um conjunto + amplo de direitos e salvaguardas, demais garantias e políticas públicas**.

Essa proteção não pode se limitar à renda. Deve alcançar seguridade previdenciária e social, alimentação, moradia, transporte, saúde física e psíquica, bem-estar, direito à educação - continuada - e à cultura, esporte e lazer 65+ também, e os demais **direitos fundamentais necessários para envelhecer com dignidade**.

Sua implementação exigirá desenho jurídico, previdenciário, orçamentário e federativo próprio, intersetorial, e uma parceria estratégica desde já com a Defensoria Pública da União (DPU), com tratativas já bem iniciadas, mas o ponto de partida desta Carta é inequívoco:

Ninguém que tenha dedicado 35 anos, quatro ou cinco décadas de sua vida ao cuidado mais zeloso de uma Família, de uma Comunidade, um Templo, uma Cultura ou de um Território deveria chegar à velhice sem condições mínimas de viver com Saúde, Segurança, acesso a demais Direitos Básicos, à Dignidade e à Paz.

Compromisso Público

Esta Carta é também dirigida às presentes candidaturas ao Executivo e ao Legislativo, em todas as esferas: federal, estadual e municipal.

Seu caráter é independente e suprapartidário: ***a dignidade na velhice não pertence à nenhuma corrente político-partidária, muito menos eleitoral - ela é de nossa espécie, é humanitária.***

Todas candidaturas que a subscreverem, sem exceção, estão aqui assumindo publicamente o compromisso de, uma vez eleitas, dedicar trabalho político, iniciativas executivas e legislativas, projetos, articulação institucional, recursos e instrumentos orçamentários efetivos — inclusive emendas, quando cabíveis — ao desenvolvimento e à implementação da política intersetorial **“Cuidar de Quem Sempre Cuidou da Gente”**.

Trata-se de começar a construir uma resposta humana pública urgente, inadiável, para gerações ainda vivas, que envelheceram sem que o país reconhecesse plenamente o trabalho que realizaram.

Uma reparação histórica não devolve o tempo...

Mas pode mudar o modo como esse tempo é reconhecido.

Pode fazer com que ***uma vida inteira dedicada aos outros não termine em abandono / desamparo / esquecimento...***

Pode ***transformar Memória em Direito, Reconhecimento em Proteção e Gratidão Gracional em Políticas Públicas - republicanas, interfederativas, setoriais e, o mais importante: efetivas.***

Cuidar de quem sempre cuidou da gente é assumir: nenhuma geração deveria envelhecer esquecida pela geração que ajudou a formar.

Por esta Reparação Geracional Histórica: urgente e inadiável.

Brasil, 27 de Setembro de 2026 - Dia Internacional do Idoso (*uma semana antes do 1º turno das Eleições Gerais de 2026, marcadas para 4 de outubro.*)

Projeto Sociocultural / Ação Coletiva ***“Compromisso Intergeracional”***

Projeto / Programa da Soc. Civil ***“Cuidar de Quem Sempre Cuidou da Gente”***

DIREITOS JÁ! Fórum pela Democracia ?

CANDIDATURAS SIGNATÁRIAS: